

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.662.437 - RS (2020/0032198-2)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : JOÃO PAULO IBANEZ LEAL - RS012037
ANGELA IBANEZ LEAL - RS045060
MARTHA IBANEZ LEAL - RS035205
ROBERTO CAPRA DE MORAES - RS062756
CARLOS EDUARDO BARCELOS ALVES - RS073889
AGRAVADO : OSWALDO WOLFF DICK
ADVOGADO : DIEGO MORSCH ROSSATO - RS055693

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** TELEFONIA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC QUE NÃO SE VERIFICA. PEDIDO DE LEVANTAMENTO DE VALORES. PREENCHIMENTO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Da leitura da minuta de agravo que deu origem ao presente recurso, pode-se aferir que OSWALDO WOLFF DICK (OSWALDO) ajuizou ação de complementação de obrigação contratual, em fase de cumprimento de sentença contra OI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (OI S.A.).

No curso da ação, o Juízo de primeiro grau determinou a liberação de valores ao recorrido.

Essa interlocutória foi desafiada por agravo no qual a OI sustentou que que não deve haver o levantamento de valores pela autor, uma vez que a liquidez do crédito ocorreu após o pedido de recuperação judicial. Revela que se trata de crédito concursal e que deverá ser pago conforme prevê o Plano de Recuperação Judicial.

O Tribunal de origem negou provimento ao agravo, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. BRASIL TELECOM. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. VALOR DA EXECUÇÃO R\$ 8.801,67 LIBERAÇÃO

DOS VALORES À PARTE CREDORA. POSSIBILIDADE.

De início, cumpre esclarecer que este Tribunal já se manifestou acerca dos critérios para liberação dos valores quando do julgamento do agravo de instrumento nº 70074044330 (inclusive de minha Relatoria).

Todavia, no caso concreto, necessário se faz nova manifestação desta Corte, a fim de evitar lacunas no processo, sem que tal enfrentamento afronte à coisa julgada, na medida em que, no referido acórdão, não restou devidamente fundamentada a questão acerca da possibilidade de levantamento de valores em favor da parte autora especificamente, embora presente no dispositivo da decisão.

Assim, passo à análise da questão acerca da possibilidade de liberação de valores.

1. Em decorrência do recebimento do pedido de recuperação judicial das sociedades empresárias que compõem o Grupo Oi, da qual a parte agravada faz parte, bem como da determinação pelo juízo competente de sobrestamento das execuções promovidas contra elas, a Presidência deste Tribunal de Justiça expediu o Ofício-Circular nº. 004/2016- SECPRES, em que orienta que:

“sejam suspensas todas as ações e recursos, execuções e atos tendentes à constrição de bens das recuperandas, que versem sobre o bloqueio ou penhora da quantia, ilíquida ou não, que impliquem em qualquer tipo de perda patrimonial das requerentes ou interfiram na posse de bens afetos à sua atividade empresarial.” 2. Recentemente foi proferida decisão no processo de recuperação judicial (Embargos no Agravo de Instrumento nº. 0034576- 58.2016.8.19.0000 julgado pela 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro), em que esclarecidos os requisitos para a suspensão do processo, sendo agora possível a liberação de valores em alguns casos específicos:

(a) Quando o depósito judicial/bloqueio tenha sido realizado pela OI S/A em data anterior a 21.06.2016 e, (b) Quando acontecer quaisquer das seguintes situações: (i) o depósito tenha sido feito com a expressa finalidade de pagamento pela OI S/A antes de 21/06/2016; (ii) já tenha ocorrido o trânsito em julgado de embargos à execução ou da impugnação ao cumprimento de sentença, antes de 21/06/2016, ou (iii) já tenha ocorrido a preclusão do incidente de impugnação ao cumprimento de sentença, antes de 21/06/2016.

3. No caso concreto, requerido o cumprimento de sentença, foi efetuado depósito a título de garantia do juízo no valor de R\$ 2.000,00 em 06.07.2011 (e-fl. 1044).

Ato contínuo, verificou-se que a penhora efetuada não era compatível com o montante executado, sendo efetuado um segundo depósito de valores, como reforço de penhora, no valor de R\$ 17.269,47, em 08.11.2011 (e-fl. 1066), com o que a parte

agravante opôs incidente de impugnação ao cumprimento de sentença, o qual não pende mais de decisão definitiva, tendo transitado em julgado em 23.08.2013 (e-fl.1161).

Assim, tendo em vista as diretrizes do Plano de Recuperação Judicial, não há óbice ao levantamento de valores pela parte credora, tendo em vista que tanto o depósito para garantia do juízo quanto o trânsito em julgado do incidente de impugnação são anteriores ao pedido de recuperação judicial, sendo mantida, portanto, a decisão agravada.

Prejudicado o pedido de levantamento de valores pela companhia, ora agravante, pois serão estes levantados pela parte credora, conforme acima fundamentado.

Recurso desprovido, no ponto.

ATUALIZAÇÃO DE VALORES.

Quanto à atualização dos valores, nada há modificar no cálculo elaborado pela Contadoria Judicial, uma vez que o débito foi calculado até a data do depósito. A partir de então ele será atualizado pelos rendimentos da conta judicial, pelos índices da poupança, até o levantamento dos valores.

No ponto, recurso desprovido.

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO (e-STJ, fls. 1.238/1.240).

Os embargos de declaração opostos pela OI S.A. foram desacolhidos (e-STJ, fls. 1.274/1.281).

OI S.A. interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da CF onde alegou violação dos arts. 1.022, II, do NCPC, 6º, 10, 47, 49, 59 e 61 da Lei nº 11.101/2005. Sustentou, em síntese, (1) negativa de prestação jurisdicional; e (2) que não estão presentes os critérios que autorizam o levantamento de valores.

Em juízo de admissibilidade, a presidência do Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Contraminuta foi apresentada (e-STJ, fls. 1.418/1.426).

É o relatório.

DECIDO

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão*

exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

(1) Da alegada violação do art. 1.022 do NCPC.

Não se verifica, no caso, a alegada vulneração do referido dispositivo legal, porquanto a Corte local apreciou a lide, discutindo e dirimindo as questões fáticas e jurídicas que lhe foram submetidas na medida necessária para o deslinde da controvérsia, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional.

(2) Da alegada infringência aos arts. 6º, 10, 47, 49, 59 e 61 da Lei nº

11.101/2005

OI S.A. sustentou que não estão presentes os critérios que autorizam o levantamento de valores.

O Tribunal assim se manifestou sobre a questão:

No caso concreto, requerido o cumprimento de sentença, foi efetuado depósito a título de garantia do juízo no valor de R\$ 2.000,00 em 06.07.2011 (e-fl. 1044).

Ato contínuo, verificou-se que a penhora efetuada não era compatível com o montante executado, sendo efetuado um segundo depósito de valores, como reforço de penhora, no valor de R\$ 17.269,47, em 08.11.2011 (e-fl. 1066), com o que a parte agravante opôs incidente de impugnação ao cumprimento de sentença, o qual não pende mais de decisão definitiva, tendo transitado em julgado em 23.08.2013 (e-fl.1161).

Assim, tendo em vista as diretrizes do Plano de Recuperação Judicial, não há óbice ao levantamento de valores pela parte credora, tendo em vista que tanto o depósito para garantia do juízo quanto o trânsito em julgado do incidente de impugnação são anteriores ao pedido de recuperação judicial, sendo mantida, portanto, a decisão agravada (e-STJ, fl. 1.249).

Nesse contexto, a modificação do entendimento lançado no v. acórdão, a fim de vedar a liberação dos valores, no caso concreto, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento vedado em sede de recurso especial a teor do enunciado nº 7 da Súmula do STJ.

No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BRASIL TELECOM. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. ART. 489 DO

Superior Tribunal de Justiça

CPC/2015. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADA. LEVANTAMENTO DE VALORES. PREENCHIMENTO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO IMPROVIDO.

(...)

3. A revisão das conclusões estaduais demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na via estreita do recurso especial, ante o óbice disposto na Súmula 7/STJ.

4. Tendo o acórdão recorrido decidido em consonância com a jurisprudência desta Casa, incide, na hipótese, o enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.352.131/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 18/3/2019, DJe 22/3/2019)

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO
Relator